



## PROCURADORIA GERAL

### Orientação Jurídica nº 35/2018

**Referência:** Projeto de Lei nº 15/2018

**Autoria:** Legislativo Municipal

**Ementa:** Concede-se homenagem ao Sr. LEONID STRELIAEV, através da entrega do Troféu “Mérito Gramado”.

### I – RELATÓRIO

Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica desta Casa, para emissão de Parecer, o Projeto de Lei nº 015/2018, de autoria do Legislativo Municipal, protocolado em 20/04/2018, de autoria dos Vereadores Professor Daniel, da bancada PT e Renan Sartori, da bancada do MDB.

Aduzem os nobres vereadores, na sua justificativa, a motivação para homenagear o escolhido, sobre o qual apresentam breve histórico, percorrendo sobre suas origens, e sobre sua história e vida profissional, especialmente os trabalhos frente a divulgação da cidade de Gramado retratada através da fotografia.

Leonid Streliaev nasceu em Porto Alegre, em 1949, e é considerado pela crítica, imprensa e empresariado um dos fotógrafos mais influentes do nosso Estado, tendo trabalhado nos jornais Zero Hora, o Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, além da Editora Abril de São Paulo, onde viajou por todo Brasil, produzindo roteiros para revista Quatro Rodas, revista Veja e revista Exame.

O homenageado foi eleito “Fotógrafo Brasileiro do Ano” pela vetusta APCA – Associação Paulista dos Críticos de Arte. Trabalha com fotografia há 50 anos e há 12 anos vem retratando a cidade de Gramado, com ênfase dentro do



turismo do Rio Grande do Sul. Dentre todos os seus trabalhos, Leonid é autor do livro Gramado-Brasil, que recebeu o prêmio Colunistas Ouro 2013, executado com textos do escritor Luis Fernando Veríssimo, além de outras obras premiadas, como “O Rio Grande de Erico Veríssimo”, “Rio Grande do Sul”, “Identidade” e “Porto Alegre – Brasil”.

Por tamanha relevância de suas ações frente a divulgação de Gramado através da sua arte, consolidada na fotografia, justifica a presente homenagem, que ocorrerá em 20 de junho de 2018, na sede da Câmara Municipal de Gramado, em sessão solene.

É o breve relato dos fatos.

Atendidos os requisitos regimentais, está a proposição ora referida, em condições de análise. É o que basta a relatar.

Passa-se a fundamentar:

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 Da Técnica Legislativa adequada**

A uniformidade que requer o ordenamento jurídico não permite, no que concerne à forma, a plena liberdade ao legislador para alterar as leis. Assim, sempre que for deflagrado o processo legislativo, deve-se manter certo padrão, não sendo admitida a criação de estrutura destoante ou símbolos gráficos diversos daqueles comumente utilizados no processo de elaboração dos atos normativos.

Neste sentido, a Constituição Federal previu em seu artigo 59, parágrafo único, que disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, o que restou normatizado através da Lei Complementar nº 95/1998.

Neste quesito, observamos que o presente PL apresenta pequenas falhas, sendo necessário uma revisão de toda técnica legislativa, como o uso inadequado do ponto após o numeral, o que sugerimos, seja ajustado na redação final.



## 2.2 Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre homenagem a ser prestada a cidadão gramadense, através do troféu “Mérito Gramado”.

Em relação a competência e iniciativa, o presente PL encontra-se em conformidade com as normas legais vigentes, por ser de **competência comum** no Município a iniciativa para prestar reconhecimento, podendo o Poder Legislativo conceder homenagens, dispor sobre beneficiários, critérios e formas das mesmas, **NÃO** se registrando, desta forma, qualquer vício de origem na presente propositura, nos termos do art. 35, I e art. 156 da Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, art. 155 a 158.

Pela Lei Orgânica observamos:

**Art. 156** *A concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem à pessoa que reconhecidamente tenha prestado relevantes serviços ao Município é de iniciativa do prefeito municipal e dos vereadores.*(grifei)

Assim sendo, entendemos ser cabível ao vereador proponente iniciar o processo legislativo nos termos apresentados.

## 2.3 Da constitucionalidade e legalidade

Conforme o artigo 30, I, da Constituição Federal, e o próprio artigo 6º, XXIV, da Lei Orgânica, possuem igual redação e respaldam juridicamente a proposição, *in verbis*:

Pela CF/88:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Pela Lei Orgânica:

"Art. 6º. Compete ao Município no exercício de sua autonomia:



*XXIV- legislar sobre assuntos de interesse local;"*

Portanto, plenamente legal a presente propositura, que concede a homenagem através do troféu "Mérito Gramado", criado através da lei municipal nº 3372/2015, *ex legis*:

**Art. 1º** *Concede homenagens a entidades e/ou associações filantrópicas, ambientais, culturais, educacionais, desportivas, sociais ou outras de cunho comunitário, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município de Gramado/RS.*

**Art. 2º** *As entidades homenageadas por esta Lei receberão distinções de acordo com o lapso de tempo de serviços relevantes prestados nas suas respectivas áreas, sendo assim:*

*(...)*

*II - Troféu "Mérito Gramado" para pessoas físicas ou jurídicas, que tenham, na história do município, deixado ou implantado ideias, ações ou empreendimentos que contribuíram para formar a "identidade de Gramado", se destacando pela forma visionária de suas atitudes, como marco no desenvolvimento do município, através de ações decisivas para a manutenção e fortalecimento, divulgação ou criação de eventos ou outros segmentos importantes na construção do conceito de Gramado, tendo reconhecimento na história pelo legado deixado a toda a sociedade.*

### III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, no aspecto jurídico, em observância aos princípios constitucionais vigentes, conclui-se que o PLL 15/2018 atende as normas legais impostas, estando presentes a legalidade e constitucionalidade.



Desta forma, esta Procuradoria exara **Parecer jurídico favorável** à sua tramitação, observada a exigência de 2/3 dos membros da Câmara para sua aprovação, conforme Lei Orgânica, art. 156, parágrafo único .

Destarte, encaminha-se a Comissão de Legislação e Redação Final e Comissão de Infraestrutura, Turismo, Desenvolvimento e Bem estar-social para posterior deliberação, e aos nobres *edis*, na sequencia, para análise de mérito, em Plenário, no que couber.

É o parecer que submeto à consideração.

Gramado, 24 de abril de 2018.

Sônia Regina Sperb Molon  
Procuradora Geral  
OAB/RS 68.402